

CONSELHO DE ARQUITETURA E  
URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL -  
CAU/RS

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2017

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL - CAU/RS

Demonstrações contábeis  
EM 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao  
Conselho Federal e ao Conselho Diretor  
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul - CAU/RS  
Porto Alegre - RS

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul - CAU/RS ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul - CAU/RS em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações, as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades do Setor Público (NBCASP).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

Chamamos a atenção para nota explicativa nº 3, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades do Setor Público (NBCASP), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 06 de abril de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 RS 005519/F-0

  
Alfredo Ferreira Marques Filho  
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 - S - RS

## Balço Patrimonial

ATIVO		PASSIVO	
Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício Atual
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>17.415.508,37</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>790.285,35</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16.311.771,01	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	989.251,03	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	87.262,87	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	191.046,04
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	27.223,46	PROVISÕES A CURTO PRAZO	482.675,47
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>7.070.203,54</b>	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	116.563,84
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	345.237,40	<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>69.413,21</b>
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	345.237,40	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
IMOBILIZADO	6.672.655,99	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00
BENS MÓVEIS	2.290.590,44	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
BENS IMÓVEIS	5.791.323,95	PROVISÕES A LONGO PRAZO	69.413,21
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	1.409.258,40	RESULTADO DIFERIDO	0,00
INTANGÍVEL	52.310,15		0,00
SOFTWARES	95.475,16		0,00
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	43.165,01		0,00
		<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>859.698,56</b>

		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Especificação	Exercício Atual
		Patrimônio Social e Capital Social	0,00
		Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00
		Demais Reservas	0,00
		Resultados Acumulados	23.626.013,35
		<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>23.626.013,35</b>
<b>TOTAL</b>	<b>24.485.711,91</b>	<b>TOTAL</b>	<b>24.485.711,91</b>
ATIVO FINANCEIRO	16.311.771,01	PASSIVO FINANCEIRO	847.846,80
ATIVO PERMANENTE	8.173.940,90	PASSIVO PERMANENTE	69.413,21
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>		<b>23.568.451,90</b>	

## Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Saldo do Atos Potenciais Ativos		Saldo do Atos Potenciais Passivos	
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>

## Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	15.463.924,21	16.128.943,87

Porto Alegre-RS, 31 de dezembro de 2017

Alexandre Freitas  
Contador  
CRC RS 51563  
335.467.540-34

Joaquim Eduardo Vidal Haas  
Presidente em Exercício  
CAU RS A3163-1  
066.050.600-91

# CAU - RS

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL

CNPJ: 14.840.270/0001-15

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

## Balanco Financeiro

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Receita Orçamentária	13.951.065,63	Despesa Orçamentária	14.776.232,41
RECEITA REALIZADA	13.951.065,63	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	57.561,45
RECEITA CORRENTE	13.951.065,63	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	190.107,60
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	4.619.690,62	CREDITO EMPENHADO – PAGO	14.528.563,36
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	4.619.690,62	DESPEZA CORRENTE	13.375.408,51
ANUIDADES	4.619.690,62	PESSOAL	6.880.261,92
RECEITA DE SERVIÇOS	7.213.863,22	MATERIAL DE CONSUMO	105.521,97
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	30.101,77	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	797.447,30
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	7.113.852,65	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.563.387,88
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	69.908,80	ENCARGOS DIVERSOS	278.363,26
FINANCEIRAS	1.994.970,58	DESPEAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	556,90
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	219.171,99	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.749.869,28
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.775.798,59	DESPEZA DE CAPITAL	1.153.154,85
MULTAS SOBRE ANUIDADES	170.936,15	INVESTIMENTOS	1.153.154,85
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.604.862,44		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	122.541,21		
MULTAS DE INFRAÇÕES	10.219,06		
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	112.322,15		
RECEITA DE CAPITAL			



INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
ALIENACAO DE BENS			
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS			
Transferências Financeiras Recebidas		Transferências Financeiras Concedidas	
Recebimentos Extraorçamentários	8.371.152,22	Pagamentos Extraorçamentários	8.904.518,52
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	57.561,45	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	554.079,95
Inscrição de Restos a Pagar Processados	190.107,60	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	216.883,17
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.172.079,67	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.164.519,17
Outros Recebimentos Extraorçamentários	6.951.403,50	Outros Pagamentos Extraorçamentários	6.969.036,23
Saldo em espécie do Exercício Anterior	17.670.304,09	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	16.311.771,01
Caixa e Equivalente de Caixa	17.670.304,09	Caixa e Equivalente de Caixa	16.311.771,01
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados		Depósitos. Rest. Vlr Vinculados	
<b>Total:</b>	<b>39.992.521,94</b>		<b>39.992.521,94</b>

Porto Alegre-RS, 31 de dezembro de 2017

\_\_\_\_\_  
 Alexandre Freitas  
 Contador  
 CRC RS 51563  
 335.467.540-34

\_\_\_\_\_  
 Joaquim Eduardo Vidal Haas  
 Presidente em Exercício  
 CAU RS A3163-1  
 066.050.600-91

# CAU - RS

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL

CNPJ: 14.840.270/0001-15

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

## Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	15.136.551,00	14.578.759,00	13.951.065,63	-627.693,37
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	4.605.687,00	4.329.346,00	4.619.690,62	290.344,62
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	4.605.687,00	4.329.346,00	4.619.690,62	290.344,62
ANUIDADES	4.605.687,00	4.329.346,00	4.619.690,62	290.344,62
RECEITA DE SERVIÇOS	8.633.683,00	8.115.662,00	7.213.863,22	-901.798,78
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	0,00	0,00	30.101,77	30.101,77
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	8.633.683,00	8.115.662,00	7.113.852,65	-1.001.809,35
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	69.908,80	69.908,80
FINANCEIRAS	1.897.181,00	1.972.163,00	1.997.785,61	25.622,61
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	397.181,00	373.350,00	219.171,99	-154.178,01
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.500.000,00	1.598.813,00	1.778.613,62	179.800,62
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	2.815,03	2.815,03
MULTAS SOBRE ANUIDADES	0,00	0,00	170.936,15	170.936,15
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.500.000,00	1.598.813,00	1.604.862,44	6.049,44
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	161.588,00	119.726,18	-41.861,82
MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	141.588,00	7.404,03	-134.183,97
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	20.000,00	112.322,15	92.322,15
RECEITA DE CAPITAL	2.262.484,00	14.683.590,00	0,00	-14.683.590,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2.262.484,00	14.683.590,00	0,00	-14.683.590,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE			2.262.484,00	14.683.590,00	0,00	-14.683.590,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUB-TOTAL DAS RECEITAS</b>			<b>17.399.035,00</b>	<b>29.262.349,00</b>	<b>13.951.065,63</b>	<b>-15.311.283,37</b>
<b>DÉFICIT</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>825.166,78</b>	<b>825.166,78</b>
<b>TOTAL</b>			<b>17.399.035,00</b>	<b>29.262.349,00</b>	<b>14.776.232,41</b>	<b>-14.486.116,59</b>
DESpesas ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	15.076.318,00	15.248.220,00	13.623.077,56	13.565.516,11	13.375.408,51	1.625.142,44
PESSOAL	6.401.801,00	6.820.703,20	6.579.811,67	6.579.811,67	6.499.350,41	240.891,53
PESSOAL E ENCARGOS	6.401.801,00	6.820.703,20	6.579.811,67	6.579.811,67	6.499.350,41	240.891,53
MATERIAL DE CONSUMO	346.601,00	192.595,29	113.203,13	106.906,29	105.521,97	79.392,16
MATERIAL DE CONSUMO	346.601,00	192.595,29	113.203,13	106.906,29	105.521,97	79.392,16
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.423.525,52	1.238.970,69	1.178.700,61	1.179.492,81	1.178.358,81	60.270,08
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	148.754,00	113.456,43	113.456,43	113.456,43	113.456,43	0,00
DIÁRIAS	1.002.580,52	927.653,00	883.329,72	883.267,72	882.133,72	44.323,28
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.630.148,48	3.925.106,36	2.722.572,71	2.670.515,90	2.563.387,88	1.202.533,65
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	80.000,00	130.932,84	130.849,62	126.901,62	126.901,62	83,22
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	1.283.000,00	889.544,88	817.447,01	813.923,51	713.742,12	72.097,87
SERVIÇOS PRESTADOS	2.952.651,00	2.497.705,54	1.400.169,00	1.356.375,89	1.351.037,13	1.097.536,54
PASSAGENS	314.497,48	406.923,10	374.107,08	373.314,88	371.707,01	32.816,02
ENCARGOS DIVERSOS	322.796,00	308.671,09	278.363,26	278.363,26	278.363,26	30.307,83
ENCARGOS DIVERSOS	322.796,00	308.671,09	278.363,26	278.363,26	278.363,26	30.307,83
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	556,90	556,90	556,90	556,90	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	556,90	556,90	556,90	556,90	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.951.446,00	2.761.616,47	2.749.869,28	2.749.869,28	2.749.869,28	11.747,19
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	1.590.051,00	2.159.942,47	2.159.942,47	2.159.942,47	2.159.942,47	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO	361.395,00	601.674,00	589.926,81	589.926,81	589.926,81	11.747,19
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	2.262.484,00	14.007.025,00	1.153.154,85	1.153.154,85	1.153.154,85	12.853.870,15
INVESTIMENTOS	2.262.484,00	14.007.025,00	1.153.154,85	1.153.154,85	1.153.154,85	12.853.870,15
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	870.000,00	1.870.000,00	82.681,83	82.681,83	82.681,83	1.787.318,17
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	1.392.484,00	2.837.025,00	1.070.473,02	1.070.473,02	1.070.473,02	1.766.551,98
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	9.300.000,00	0,00	0,00	0,00	9.300.000,00
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	60.233,00	7.104,00	0,00	0,00	0,00	7.104,00
<b>SUB-TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>17.399.035,00</b>	<b>29.262.349,00</b>	<b>14.776.232,41</b>	<b>14.718.670,96</b>	<b>14.528.563,36</b>	<b>14.486.116,59</b>
<b>SUPERÁVIT</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>17.399.035,00</b>	<b>29.262.349,00</b>	<b>14.776.232,41</b>	<b>14.718.670,96</b>	<b>14.528.563,36</b>	<b>14.486.116,59</b>

Porto Alegre-RS, 31 de dezembro de 2017

---

Alexandre Freitas  
Contador  
CRC RS 51563  
335.467.540-34

---

Joaquim Eduardo Vidal Haas  
Presidente em Exercício  
CAU RS A3163-1  
066.050.600-91

## Variações Patrimoniais

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	Exercício Atual		Exercício Atual
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	15.924.179,86	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	16.164.225,62
CONTRIBUIÇÕES	6.002.218,06	PESSOAL E ENCARGOS	6.618.401,83
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	6.002.218,06	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	5.892.195,90
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	6.002.218,06	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	5.892.195,90
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	7.213.863,22	BENEFÍCIOS A PESSOAL	726.205,93
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	7.213.863,22	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	726.205,93
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	7.213.863,22	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	5.163.755,98
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.997.785,61	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	111.867,52
JUROS E ENCARGOS DE MORA	221.987,02	CONSUMO DE MATERIAL	111.867,52
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	221.987,02	SERVIÇOS	4.592.813,67
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	1.775.798,59	DIARIAS	883.267,72
MULTAS SOBRE ANUIDADES	1.775.798,59	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	669.539,97
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	710.312,97	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	3.040.005,98
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	710.312,97	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	459.074,79
MULTAS ADMINISTRATIVAS	7.404,03	DEPRECIACAO	444.628,81
INDENIZAÇÕES	112.322,15	AMORTIZACAO	14.445,98
REVERSÃO DE PROVISÕES	590.586,79	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	2.749.869,28
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.749.869,28
		TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.749.869,28
		DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	1.568.641,99
		REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	1.562.532,95
		VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CREDITOS	1.562.532,95
		PERDAS INVOLUNTARIAS	6.109,04
		PERDAS INVOLUNTARIAS COM IMOBILIZADO	6.109,04
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	63.556,54
		DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	63.556,54
		VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	63.556,54

Exercício Atual		Exercício Atual	
Total das Variações Ativas :	15.924.179,86	Total das Variações Passivas :	16.164.225,62
<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>			
Déficit do Exercício	240.045,76	Superávit do Exercício	
<b>Total</b>	<b>16.164.225,62</b>	<b>Total</b>	<b>16.164.225,62</b>

Porto Alegre-RS, 31 de dezembro de 2017

---

Alexandre Freitas  
Contador  
CRC RS 51563  
335.467.540-34

---

Joaquim Eduardo Vidal Haas  
Presidente em Exercício  
CAU RS A3163-1  
066.050.600-91

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	
<b>INGRESSOS</b>	
RECEITA CORRENTE	13.951.065,63
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.619.690,62
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	4.619.690,62
ANUIDADES	4.619.690,62
RECEITA DE SERVIÇOS	7.213.863,22
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	30.101,77
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	7.113.852,65
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	69.908,80
FINANCEIRAS	1.994.970,58
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	219.171,99
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.775.798,59
MULTAS SOBRE ANUIDADES	170.936,15
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.604.862,44
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	122.541,21
MULTAS DE INFRAÇÕES	10.219,06
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	112.322,15
OUTROS INGRESSOS	8.123.483,17
<b>DESEMBOLSOS</b>	
CREDITO EMPENHADO – PAGO	14.528.563,36
DESPEZA CORRENTE	13.375.408,51
PESSOAL	6.880.261,92
MATERIAL DE CONSUMO	105.521,97
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	797.447,30
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.563.387,88
ENCARGOS DIVERSOS	278.363,26
DESPEAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	556,90
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.749.869,28
OUTROS DESEMBOLSOS	8.904.518,52
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>-205.378,23</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	
<b>INGRESSOS</b>	
ALIENACAO DE BENS	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	0,00
<b>DESEMBOLSOS</b>	
INVESTIMENTOS	1.153.154,85
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-1.153.154,85</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	
<b>INGRESSOS</b>	
<b>DESEMBOLSOS</b>	
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</b>	

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

-1.358.533,08

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL

17.670.304,09

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL

16.311.771,01

Porto Alegre-RS, 31 de dezembro de 2017

---

Alexandre Freitas

Contador

CRC RS 51563

335.467.540-34

---

Joaquim Eduardo Vidal Haas

Presidente em Exercício

CAU RS A3163-1

066.050.600-91



## **1. Informações gerais**

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul – CAU RS, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Interno, aprovado pela Deliberação Plenária 145. A Entidade goza de isenção tributária, com base na Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB de 1988 art. 150 Inciso VI.

O Conselho está localizado na Rua Dona Laura, Nº 320, salas 1401 e 1501, no bairro Rio Branco, da cidade de Porto Alegre/RS.

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis**

### **2.1. Base de preparação**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

### **2.2. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

Provisões para férias de empregados/funcionários;

Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;

Provisões para contingências, sempre que constituídas; e

Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

### **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

## **2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 10*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 15*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

## **3. Políticas Contábeis**

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

### **3.1. Caixa e equivalente de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### **3.2 Contas a receber de anuidades**

As contas a receber de anuidades são inicialmente reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária referente a previsão de receitas dos profissionais ativos no banco de dados do CAU, entretanto, os valores são ajustados aos valores efetivamente realizados/arrecadados ao final do encerramento do exercício. Quando há necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos, a administração realiza uma análise individualizada de cada caso.

#### **3.2.1 Perdas Devedores Duvidosos**

O ajuste para perdas de devedores duvidosos é calculado atualmente, conforme metodologia apresentada na nota explicativa nº 6, sendo utilizado no exercício de 2017 o percentual de 75,08%.

### 3.3 Estoques

O sistema de controle de estoque da entidade não está interligado a contabilidade, não sendo registrado o estoque no sistema de contabilidade. Os estoques estão representados preponderantemente pelo almoxarifado de materiais de expediente.

### 3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<b>Anos</b>
Móveis e Utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Equipamentos de Processamento de Dados	5 anos
Sistema de Processamento de Dados	5 anos
Instalações	10 anos

Os valores residuais estão estipulados em 10% conforme Procedimentos para Depreciação fornecido a todos os CAU-UF. Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

### 3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

### **3.6. Outros ativos e passivos**

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

### **3.7. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### **3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas**

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 14.

### **3.9. Balanço Patrimonial**

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

### **3.10. Balanço Orçamentário**

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

### **3.11. Balanço Financeiro**

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

### **3.12. Demonstração das variações patrimoniais**

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

### **3.13. Demonstração do fluxo de caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

## **4. Gestão de risco financeiro**

### **4.1. Considerações gerais e políticas**

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

**a) Risco de Crédito**

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber, os valores são referentes a anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

**b) Risco de mercado**

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

**c) Risco de liquidez**

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Caixa	-	-
Banco conta movimento	1.017,16	40.103,40
Aplicações financeiras	16.310.753,85	17.630.200,69
<b>Total</b>	<b>16.311.771,01</b>	<b>17.670.304,09</b>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

## 6. Créditos a Curto Prazo

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Contas a receber de anuidades		
Pessoa Física – 2012	51.535,22	150.495,13
Pessoa Física – 2013	102.095,08	238.834,22
Pessoa Física – 2014	190.003,03	343.552,45
Pessoa Física – 2015	340.994,29	535.052,83
Pessoa Física – 2016	653.890,87	992.792,76
Pessoa Física – 2017	1.333.950,44	-
Pessoa Jurídica – 2012	174.232,00	17.707,05
Pessoa Jurídica – 2013	215.846,81	48.797,71
Pessoa Jurídica – 2014	290.955,15	112.978,80
Pessoa Jurídica – 2015	379.776,08	195.057,75
Pessoa Jurídica – 2016	529.366,69	345.615,38
Pessoa Jurídica – 2017	747.206,92	-
Dívida Ativa - Pessoa Física	345.237,40	-
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(4.020.601,55)	-
<b>Total</b>	<b>1.334.488,43</b>	<b>2.980.884,08</b>

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
A vencer	-	-
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 180 dias	-	-
De 181 a 360 dias	2.081.157,36	1.338.408,14
Mais de 360 dias	3.273.932,62	1.642.475,94
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(4.020.601,55)	-
<b>Total</b>	<b>1.334.488,43</b>	<b>2.980.884,08</b>

Os créditos a receber são controlados através de relatório emitido no Sistema Corporativo do CAU (SICCAU), mostrando os valores a receber no momento em que é gerado, não sendo possível a definição de período para geração do relatório.

O conselho começou no ano de 2016 a notificação e cobrança dos profissionais e empresas inadimplentes e, em 2017, começou a inscrever os débitos em dívida ativa. O aumento nos créditos a receber referente a anuidades de Pessoa Jurídica de anos anteriores, deve-se ao fato de ter ocorrido uma inconsistência no relatório de inadimplência fornecido pelo SICCAU, o qual ao final do ano de 2016 acabou não considerando algumas empresas inscritas no conselho e com débitos em aberto, problemas sanado no exercício de 2017.

O ajuste para perdas de devedores duvidosos foi constituído conforme orientação do Manual de Procedimentos Contábeis do Sistema CAU – 1ª Edição, sendo utilizada a média ponderada dos percentuais de recebimento de Anuidades PF e PJ dos últimos três exercícios anteriores. A apuração dos percentuais é realizada com base na comparação, entre o início e fim do exercício corrente, dos relatórios gerenciais de créditos a receber do SICCAU, sendo contabilizado 80% dos valores a receber respeitando a previsão legal de 80% da arrecadação ser do conselho regional e 20% do conselho federal. Devido a inconsistência do relatório de créditos a receber de anuidades de PJ, o qual evidenciou mais empresas devedoras no final do ano de 2017 do que no final do ano de 2016, não foi possível considerar a média ponderada de recebimentos de anuidades PJ na apuração dos percentuais utilizadas para cálculo do ajuste para perdas de devedores duvidosos. Aplicando a referida metodologia o percentual utilizado para a constituição de perdas de devedores duvidosos foi de 75,08%.

## 8. Demais Créditos a Curto Prazo

	Consolidado	
	2017	2016
Tributos a recuperar	3.590,00	3.590,00
Vale Transporte a apropriar	7.031,91	6.049,09
Vale Alimentação a apropriar	39.351,21	36.844,50
Adiantamento de Salários	14.739,07	22.461,62
Outros créditos de curto prazo	22.550,65	30,00
<b>Total</b>	<b>87.262,87</b>	<b>68.975,21</b>

## 9. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

	2017	2016
Prêmios de Seguros a Apropriar	13.217,04	3.437,04
Assinaturas a Apropriar	1.078,46	3.845,95
Licença de Software a Apropriar	12.927,96	-
<b>Total</b>	<b>27.223,46</b>	<b>7.282,99</b>



## 10. Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2017	2016
Salas	5.687.440,00	(776.209,31)	4.911.230,69	5.115.978,29
Instalações	21.202,12	(502,44)	20.699,68	22.867,61
Veículos	1.031.298,92	(177.248,33)	854.050,59	85.503,72
Móveis e utensílios	413.771,89	(142.608,02)	271.163,87	302.522,01
Máquinas e Equipamentos	206.416,08	(53.446,79)	152.969,29	96.645,41
Equipamentos de processamento de dados	639.103,55	(259.243,51)	379.860,04	293.685,03
Obras em Andamento	82.681,83	-	82.681,83	-
<b>Total</b>	<b>6.672.655,99</b>	<b>(1.409.258,40)</b>	<b>6.672.655,99</b>	<b>5.917.202,07</b>

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano. Conforme nota: 3.4.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

### Movimentação do ativo imobilizado:

Controladora	31.12.2016	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2017
Salas	5.115.978,29	-	-	(204.747,60)	4.911.230,69
Instalações	22.867,61	-	-	(2.167,93)	20.699,68
Veículos	85.503,72	856.948,92	-	(88.402,05)	854.050,59
Móveis e utensílios	302.522,01	5.677,46	-	(37.035,60)	271.163,87
Máquinas e Equipamentos	96.645,41	71.308,56	-	(14.984,68)	152.969,29
Equipamentos de processamento de dados	293.685,03	189.575,00	(6.499,00)	(96.900,99)	379.860,04
Obras em Andamento	-	82.681,83	-	-	82.681,83
<b>Total</b>	<b>5.917.202,07</b>	<b>1.206.191,77</b>	<b>(6.499,00)</b>	<b>(444.238,85)</b>	<b>6.672.655,99</b>

O aumento do valor do imobilizado se deve principalmente a aquisição de três vans, quatro carros de passeio e nove bicicletas elétricas dobráveis para serem utilizados no Programa CAU Mais Perto, programa que teve o início de sua fase plena no ano de 2017.

## 11. Intangível

	2017	2016
Sistemas de Processamento de Dados	95.475,16	90.775,16
Outros intangíveis	-	-
(-) Amortização Acumulada	(43.165,01)	(28.719,03)
<b>Total</b>	<b>52.310,15</b>	<b>62.056,13</b>

### Movimentação do ativo intangível:

<b>Controladora</b>	<b>31.12.2016</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Amortização</b>	<b>31.12.2017</b>
Sistemas de processamento de dados	62.056,13	4.700,00	-	(14.445,98)	52.310,15
<b>Total</b>	<b>62.056,13</b>	<b>4.700,00</b>	<b>-</b>	<b>(14.445,98)</b>	<b>52.310,15</b>

### **12. Fornecedores a pagar**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Prestação de serviço	108.262,12	102.893,77
Fornecedor de materiais	1.384,22	3.493,93
Encargos Patronais Folha de Pagamento	80.461,26	109.785,47
Outros fornecedores	938,44	993,50
<b>Total</b>	<b>191.046,04</b>	<b>217.166,67</b>

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
A vencer	191.046,04	217.166,67
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
<b>Total</b>	<b>191.046,04</b>	<b>217.166,67</b>

### **13. Provisões de curto prazo**

As provisões de curto prazo referem-se a provisões para férias, 13º salário e seus respectivos encargos, sendo contabilizadas conforme relatório fornecido pela empresa terceirizada responsável pela folha de pagamento do CAU/RS. Em 31/12/2017 o saldo desse grupo é composto conforme abaixo:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Férias	368.454,56	338.996,43
INSS s/ Provisão de Férias	81.060,00	74.579,21
FGTS s/ Provisão de Férias	26.476,36	27.119,71
PIS s/ Provisão de Férias	3.684,55	3.389,96
<b>Total</b>	<b>482.675,47</b>	<b>444.085,31</b>

### **14. Demais Obrigações de Curto Prazo**

A entidade em 31/12/2017 possui saldo de valores restituíveis conforme segue:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
INSS retido na folha de pagamento	29.307,64	24.319,85
IRRF da folha de pagamento	83.834,80	67.470,61
ISS retido de prestadores de serviço	-	13.724,81
Outros Valores Restituíveis	3.421,40	3.488,07
<b>Total</b>	<b>116.563,84</b>	<b>109.003,34</b>

## 15. Provisão para riscos processuais

A Entidade e suas controladas são parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão assim representadas:

		<b>2017</b>	<b>2016</b>
Trabalhista	José Milton This	10.000,00	10.000,00
Cível	Matersil Neg. Imobiliários Ltda	-	550.000,00
Cível	Vivendas Urbanismo Ltda	3.000	3.000,00
Cível	Pompeo Madeira Stands Promocionais Ltda	10.000	25.000,00
Cível	Antonio Frediani da Fonseca	-	15.000,00
Cível	Claudio Rogélio Tician - ME	413,21	1.000,00
Trabalhista	Fabiana Beal Pacheco	20.000,00	-
Trabalhista	Fabiana Beal Pacheco	20.000,00	-
Cível	Vanderlei Sanches/José Antonio Oliveira	6.000,00	-
<b>Total</b>		<b>69.413,21</b>	<b>604.000,00</b>

A movimentação da provisão no exercício de 2017 está demonstrada a seguir:

	<b>2016</b>	<b>Adições</b>	<b>(-)Reversões</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Atualização</b>	<b>2017</b>
Tributários	-	-	-	-	-	-
Trabalhistas	10.000,00	30.000,00		-	10.000,00	50.000,00
Cíveis	594.000,00	16.000,00	(360.000,00)	(230.000,00)	(586,79)	19.413,21
<b>Total</b>	<b>604.000,00</b>	<b>46.000,00</b>	<b>(360.000,00)</b>	<b>(230.000,00)</b>	<b>9.413,21</b>	<b>69.413,21</b>

### a. Natureza das contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

#### **b. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço**

As provisões para riscos processuais são atualizadas trimestralmente conforme documento emitido pelo departamento jurídico. Neste relatório são controlados os processos de perdas remotas e prováveis de processos trabalhistas e cíveis. Ao final do ano de 2016 o montante das perdas prováveis foi de R\$ 604.000,00. No ano de 2017 as perdas prováveis de R\$ 69.413,21. Em conformidade com o Anexo a NBC T 11.15, que trata das Contingências, a probabilidade da entidade ter perdas ou prejuízos é insignificante, sendo assim as perdas remotas não são contabilizadas.

### **16. Partes relacionadas**

A entidade em 31 de dezembro de 2017 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

No exercício de 2017 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

### **17. Despesas por natureza**

<b>Classificação por natureza</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Depreciação e amortização	459.074,79	385.597,89
Despesas com pessoal	6.618.401,83	5.528.723,18
Despesas com contratação de terceiros	4.698.331,79	4.491.966,64
Impostos, taxas e contribuições	6.349,40	9.576,56
Outras receitas e despesas	4.382.067,81	1.781.972,45
<b>Total</b>	<b>16.164.225,62</b>	<b>12.197.836,72</b>

### **18. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro**

<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	15.924.179,86	16.515.346,73
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(16.164.225,62)	(12.197.836,72)
<b>(=) Déficit Patrimonial apurado</b>	<b>(240.045,76)</b>	<b>4.317.510,01</b>

  

<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Receita Orçamentária Arrecadada	13.951.065,63	13.613.620,31
(-) Despesas Empenhadas	(14.776.232,41)	(11.274.641,31)
<b>(=) Superávit Orçamentário Apurado</b>	<b>(825.166,78)</b>	<b>( 2.338.979,00)</b>

<b>Resultado Financeiro</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Saldo Disponível Apurado	16.311.771,01	17.670.304,09
(-) Passivo Financeiro	(847.846,80)	(1.541.360,22)
<b>(=) Superávit Financeiro Apurado</b>	<b>15.463.924,21</b>	<b>16.128.943,87</b>

## 19. Seguros (não auditados)

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2017, é assim demonstrada:

<b>Item</b>	<b>Tipo de cobertura</b>	<b>Importância segurada</b>
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	3.551.480,00
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para quatro veículo	-
		<b>3.551.480,00</b>

A importância segurada dos seguros dos onze veículos de propriedade do CAU/RS é de 100% do valor de mercado referenciado.

## 20. Relacionamento com os auditores independentes

A Entidade não contratou com seus auditores independentes outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

## 21. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

Porto Alegre, 06 de abril de 2018.

Alexandre Freitas  
Contador  
CPF. 335.467.540-34

Joaquim Eduardo /vidas Hass  
Presidente  
CPF. 066.050.600-91